

XXXV Encontro Anual da ANPOCS

Assentamentos rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento

GT 20: Metamorfoses do Rural contemporâneo

***AUTORES: Luís Antonio BARONE¹
Vera Lucia Silveira Botta FERRANTE²***

**XXXV Encontro Anual da ANPOCS
Caxambu/MG, 24 – 28/10/2011**

¹ Pesquisador do CNPq, Professor-Doutor do Departamento de Planejamento da FCT/UNESP – Presidente Prudente (SP)

² Pesquisadora do Cnpq, Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Assentamentos rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento

**Luís Antonio Barone
Vera L. S. Botta Ferrante**

Introdução: explicitando a perspectiva analítica

Este trabalho busca avaliar as ações e políticas pró-desenvolvimento dos assentamentos rurais em duas regiões bastante diferenciadas do Estado de São Paulo (Pontal do Paranapanema e Araraquara). Objetiva-se estudar os agentes (a começar dos próprios trabalhadores assentados) e as agências que se defrontam no campo de disputa dessas políticas - campo de forças gerador de tensões, conflitos, resistências e acomodações. A trajetória e os destinos das experiências de assentamentos – e dos trabalhadores assentados – se moldam a partir da dinâmica, impasses e bloqueios aí gerados. Partimos de uma abordagem relacional entre assentamentos e desenvolvimento, que não seja ditada por uma lógica meramente econômica (em termos de resultados financeiros), nem implique numa subordinação a um sistema de controles e de poderes que lhe são externos. Buscamos, como elementos diferenciadores, expressões de sustentabilidade, de garantia da qualidade de vida dos sujeitos e de respeito às suas singularidades.

Trata-se de elucidar os impasses de uma trajetória sustentada pela reavaliação e reapropriação das medidas institucionais, pelas tentativas de mudança de rumos nas suas vidas, mesmo nos casos mais extremos – como o arrendamento de suas terras (Martins, 2003) – pelo redirecionamento de algumas ações dos mediadores que, com freqüência, se pautam por modelos acabados e simplistas (MARTINS, 2000), o que contraria a diferenciação e a multidimensionalidade dos processos de assentamentos rurais (Ferrante, 1992). Nesse contexto, a ação dos órgãos oficiais que tem a reforma agrária como seu encargo institucional (ITESP e INCRA), ganha destaque especial, posto que

será em tensão permanente com os programas e projetos oficiais que os assentados logram maior ou menor sucesso em suas demandas.

A noção de uma trama de tensões, utilizada por nós como instrumento analítico de compreensão da realidade (Barone et. al.2008), tem se mostrado útil na reconstituição de aspectos críticos da realidade dos assentamentos. Assim, para além dos estudados “impactos” (MEDEIROS E LEITE, 2003), as trajetórias, tanto dos trabalhadores assentados quanto dos projetos de assentamentos (tomados como unidades mais ou menos coesas), ganham uma maior visibilidade a partir da leitura das tramas de tensões, das quais são partes constitutivas. Os assentamentos, experiências inovadoras na gestão econômica do território, expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo paulista.

O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das políticas públicas é gerador dessa trama de tensões, opondo interesses e racionalidades diversas - mediante distintos projetos, compromissos e estratégias. O desenvolvimento, dessa forma, se dá na trajetória dessas experiências frente aos constrangimentos estruturais que a sociedade impõe, sobretudo através do mercado e do Estado, como também frente à necessária reelaboração da própria trajetória pessoal e familiar desses novos camponeses.

Essa perspectiva não elimina os indicadores de eficiência econômica, mas os inserem num conjunto muito mais amplo de dados eminentemente qualitativos. Trata-se, portanto, de assumir a perspectiva de sua compreensão como contrapartida ao modelo de agronegócio que parece dominar as leituras e olhares sobre a agricultura brasileira (especialmente a paulista). Se não existem projetos claramente definidos e opostos, até porque o Estado e seus agentes claudicam no encaminhamento das políticas para os assentamentos, muitas delas criadas pelo empuxo das propostas das organizações políticas dos trabalhadores rurais, isto não significa que embates concretos não aconteçam, animando o campo político criado a partir da implantação dos assentamentos e dos dilemas de sua gestão. Tais embates seriam a resultante mais conflitiva de um conjunto de tensões sociais geradas

pelas relações entre os distintos agentes que se põem/dispõem nesse campo, como verdadeiros mediadores do desenvolvimento nos assentamentos.

Em meio a todos esses agentes, os trabalhadores beneficiários nos projetos de reforma agrária se apresentam muitas vezes em posição de subalternidade, porém com um relativo poder de barganha e de controle frente aos mediadores. Já com relação aos constrangimentos estruturais, objetivados nas forças do mercado local/regional ou das imposições mais genéricas do estado, esses trabalhadores buscam desenvolver estratégias ou iniciativas que permitam sua manutenção na terra, embora esse objetivo maior comporte práticas contraditórias que, em última instância, podem levar a uma direção exatamente oposta – como é o caso da alternativa de trabalhar fora do assentamento, situação que pode prenunciar o abandono do mesmo, a médio e longo prazo.

A possível integração³ do assentado enquanto produtor nos circuitos econômicos que dinamizam o mercado local/regional apresenta-se problemática. Os territórios dos assentamentos apenas parcialmente atendem às exigências desses circuitos, quando não se apresentam bastante distantes do padrão dominante de acumulação econômica dos respectivos contextos regionais. Falamos de bloqueios dessa integração quando os assentamentos não reúnem condições para a alocação adequada dos fatores produtivos – como é o caso dos financiamentos e assistência técnica – ou quando os mercados locais/regionais não oferecem agentes econômicos dispostos a distribuir a produção dos assentamentos. O assentado se vê, em muitas vezes, reduzido a um produtor de excedentes numa economia altamente mercantilizada e (dependendo do contexto regional) também bastante capitalizada.

Dado os patamares de desenvolvimento econômico das diferentes regiões em estudo (Araraquara e Pontal do Paranapanema), sobressai, em primeiro plano, a polêmica inserção dos assentamentos (sobretudo na região de Araraquara) no circuito de fornecedores de cana-de-açúcar para as

³ Entendemos por integração uma situação na qual o assentado tem, através de contrato ou acordo tácito, uma relação direta com alguma agroindústria, enquanto fornecedor de matéria prima (cana, frango, leite) que será entregue à empresa e por ela processada.

agroindústrias. O que poderia ser a solução para os bloqueios do desenvolvimento econômico dos assentamentos tem se revelado cheio de impasses, nos quais uma insegura melhora na renda monetária oculta a possibilidade de perda de autonomia na gestão do lote e, na medida em que essa modalidade de “parceria” acaba por se caracterizar como arrendamento, até mesmo a perda do lote via exclusão oficial.

Por outro lado, o nível inferior de capitalização em geral na região do Pontal aproxima o assentado, via de regra um produtor de leite, de muitos outros produtores pequenos proprietários. Esta equivalência, no entanto, não resolve o dilema de baixa remuneração na atividade (comum nos dois grupos, aliás). A disseminação recente de tanques resfriadores comunitários – implantados via programa oficial do governo federal – melhora, mas não cria uma situação de boa rentabilidade para os assentados. As alternativas de beneficiamento em escala, através de laticínios cooperativos ainda não demonstraram viabilidade (caso da COCAMP⁴, em Teodoro Sampaio) sendo, em muitos casos, apenas perspectivas ventiladas pelos mediadores.

Neste aspecto, também é evidenciada a diferenciação entre os assentados. Alguns há que conseguem se inserir mais plenamente nos sistemas econômicos regionais, atingindo uma produtividade que os destaca não apenas dentro dos assentamentos, mas frente aos produtores rurais regionais – é o caso dos “campeões de produtividade” de leite na região do Pontal do Paranapanema ou dos recordistas da renda obtida com a cana, no caso da região de Araraquara. Outros, no entanto, acabam por ser beneficiários dos programas de assistência e complementação de renda (como o Bolsa Família), negando na prática os benefícios da própria política de distribuição de terra.

Na perspectiva da diversificação, temos que as produções destinadas ao autoconsumo das famílias assentadas aparecem como expressão de sua realização mais evidente, embora não seja a única. A produção do autoconsumo, em maior ou menor intensidade por parte de cada família, sempre leva em conta a diversificação de produtos que compõem uma cesta alimentar diversa, necessária à boa nutrição. Trata-se de uma estratégia (produzir seus

⁴ Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema, fundada nos anos 1990 e com sede no município de Teodoro Sampaio.

próprios alimentos) que repercute a intenção das famílias em produzir e se alimentar daquilo que gostam e que lhes dão identidade. Também pode ser avaliada como uma estratégia de defender a economia da propriedade em relação a alimentos comprados fora e das variações de mercado, além de permitir uma prática agrícola autônoma quanto ao uso de insumos de fora da propriedade, evitando-se gastos e aproveitando-se de processos ecológicos para sua produção.

Muitas vezes, tais produções também são práticas antigas das famílias, que vêm sendo reproduzidas há muitas gerações em seu interior. Portanto, conta a experiência acumulada em produzir determinados alimentos que são consumidos em esfera alimentar e, dependendo de sua especialização, podem também passar a fazer parte do rol de produtos que são comercializados. Um exemplo claro disto vem de famílias que se especializam na produção de farinha de mandioca, que primeiramente serve de alimento a elas, mas cujo cálculo de provimento leva em consideração um excedente que gera importante parcela de renda anual. O interessante desta produção excedente diversificada (além da farinha, produz-se hortaliças, ovos, peixes etc.) é que sua comercialização, muitas vezes, se dá nos limites do próprio assentamento, para vizinhos, parentes e grupos de afinidade.

Também produtos típicos de um certo nível de “agroindústria de beneficiamento familiar” entram nesse circuito, como nos casos das mulheres que produzem pães, bolos e doces no assentamento Monte Alegre (Araraquara e Motuca), por exemplo. A prática de produzir pães caseiros, bolos e doces em compota, assim como outros produtos beneficiados, é algo típico de famílias rurais em todo o Brasil, tendo, muitas vezes, as mulheres como principais protagonistas dessa produção – razão pela qual propomos estudar com acuidade essa participação feminina na produção beneficiada.

A partir daquilo do qual já se tem um conhecimento empírico acumulado, como os produtos destinados ao consumo familiar, se organizam estratégias de geração de trabalho e renda, o que resulta numa diversificação também de tais estratégias - diferentes daquelas da integração às agroindústrias ou daquelas impostas de “cima”. É o que tem acontecido a partir de políticas municipais (em Araraquara, várias; no Pontal, notadamente feiras e o Programa

de Aquisição de Alimentos), nas quais é possibilitado às famílias assentadas vender alimentos *in natura* e beneficiados, dando-lhes uma outra forma de inserção a sua produção. A investigação e a avaliação das trajetórias das experiências de assentamentos rurais em São Paulo têm se dedicado a discutir suas relações com o entorno local/regional e suas perspectivas e bloqueios a um desenvolvimento que contemple as expectativas dos trabalhadores assentados.

A complexidade marca a abordagem das dimensões constitutivas desse modo de vida. Há singularidades por toda a parte (MARTINS, 2003). As trajetórias desses sujeitos ora os individualizam, ora os aproximam. A gestão do território do assentamento e seus projetos de desenvolvimento serão analisados do ponto de vista da construção de um novo modo de vida que envolve um conjunto complexo de relações. Separar as dinâmicas interna e externa desse processo torna-se um procedimento analítico enganador, posto que estão imbricadas e se retroalimentam.

A discussão dos elementos constitutivos desse novo modo de vida prioriza as diferenciações nos aspectos econômicos, culturais e políticos. Discutimos mediadores ou interlocutores inseridos em um campo de forças, analisando a constituição e dissolução de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo, os rearranjos em busca da cooperação, a assimetria de informações que rege as situações de parceria investigadas – expressão da integração às cadeias agroindustriais regionais – as perspectivas de constituição de embriões de desenvolvimento alternativo que têm passado ou não pelo crivo de políticas públicas federais e municipais.

Partimos do princípio de que integração aos mercados regionais e diversificação na produção alimentar não devem ser analisadas à luz de tipologias ou de dicotomias excludentes, do tipo “produzir para a agroindústria” ou “produzir alimentos para o consumo local”. Trata-se de uma complementaridade explicitada pela coexistência das duas alternativas no mesmo lote – o que não a isenta de contrapontos – dado que, além da renda tida como esperada com a integração, as estratégias familiares de diversificação são responsáveis pelo autoconsumo, pelo respeito aos hábitos culturais, pela busca do desenvolvimento enquanto impulsionador de liberdades (SEN, 2000).

As atividades de diversificação supõem não apenas a reprodução material dos assentados, mas também uma reprodução cultural – através de um conjunto de saberes tradicionais inscritos na história dos tais grupos sociais – e uma original produção simbólica, (re)desenhando grupos de convivência e sociabilidade, nos quais as atividades ligadas à preparação diária da alimentação (o sustento mais trivial) acaba sendo uma base. A dimensão simbólica da produção de autoconsumo já tem sido evidenciada em estudos acadêmicos (GRISA, 2007; GRISA e SCHNEIDER, 2007). Propomos, aqui, um aprofundamento dessa dimensão, na busca pelas redes de sociabilidade, novas e com imenso potencial criativo, no interior dos assentamentos, que são criadas e mantidas a partir de uma ação das mais cotidianas, que é o intercâmbio de alimentos entre as famílias.

Para além desse patamar mais de base, desenhado empiricamente pelos trabalhadores e suas famílias na “situação de assentamento”, propomos nos deter, também, nas mediações sociais entre este grupo – os beneficiários tomados enquanto cidadãos e grupos familiares – e as políticas públicas que se destinam (ou deveriam se destinar) aos assentados. Num primeiro nível de mediação, tomamos as próprias organizações dos assentados, notadamente as associações (Barone et. al., 2008), sempre presentes nos assentamentos. As organizações cooperativas estão sempre sob controle de organizações políticas que tem os trabalhadores assentados como base. É assim nos contextos regionais estudados, casos da COCAMP e Cooperbioeste (Pontal) e Unicampo (Araraquara)⁵, que ora se apresentam com algum grau de proximidade do cotidiano dos assentados, ora propõem ações e se movimentam com um alto grau de externalidade aos assentados, revelando a complexidade e o estranhamento dessas organizações. O terceiro nível é o dos mediadores oficiais, entendidos como os agentes públicos – sejam os de perfil técnico (como agrônomos) ou político (representantes dos poderes públicos locais e regionais). Estes mediadores têm a formulação de políticas de

⁵ Respectivamente, Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema, Cooperativa de Produção de Biodiesel do Oeste Paulista e Cooperativa Unificada dos Trabalhadores do Campo.

desenvolvimento dos assentamentos ao seu encargo mas, muitas vezes, atuam com bloqueios às alternativas mais autônomas dos trabalhadores.

Esta perspectiva busca estabelecer relações possíveis entre uma dada realidade empírica – que é mais que uma política pública, porque é também obra da luta de milhares de famílias camponesas – e um conjunto de preocupações teóricas daqueles que estudam ou interferem, via Estado, nessa realidade. Para nós, a relação dos assentamentos com o desenvolvimento não é direta, linear, mas pautada por tensões, que se expressam, tanto objetiva quanto subjetivamente, no modo de vida e na maneira de inserção dos assentados em contextos regionais que, no caso brasileiro, são extremamente diversificados. No tocante ao conceito de desenvolvimento, nossa compreensão aponta para a maneira como ele é tratado por Amartya Sen, para quem o desenvolvimento pode ser entendido como expansão das liberdades.

“O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carências de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressores” (SEN, 2000, p. 18).

A gestão que os assentados imprimem ao território dos assentamentos, nos aspectos da sua organização social, sua mobilização e instituições políticas e sua participação econômica, podem redundar em mais ou menos liberdade para essas famílias. O desenvolvimento, dessa forma, se dá na trajetória dessas experiências frente aos constrangimentos estruturais que a sociedade impõe, sobretudo através do mercado e do Estado, como também frente à necessária reelaboração da própria trajetória pessoal e familiar desses camponeses, para sua participação (tensionadora) nos distintos campos da vida social. Acreditamos que essa perspectiva não elimina os indicadores de eficiência econômica, mas os inserem num conjunto muito mais amplo de dados – eminentemente qualitativos – que o acompanhamento dessa difícil travessia em direção à inclusão social e à cidadania revela.

Uma nova trama é constituída pelas relações travadas entre distintos agentes, sendo destacados, nesse estudo, os próprios assentados e os diferentes mediadores tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas. O confronto desses personagens nos espaços sociais de disputa e constituição das políticas públicas é gerador dessa trama de tensões, opondo interesses e racionalidades diversas, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias. Resulta, dessa reflexão sociológica, a percepção da força desses agentes sociais – os assentados – por vezes relegados ao preconceito (teórico e político), lutadores por um pedaço de chão. Inseridos num contexto que lhes é, muitas vezes, hostil, esses trabalhadores rurais, a partir de suas perspectivas e consciências, acabam por serem protagonistas dos processos nos quais estão inseridos.

Os assentados aparecem sempre como sujeitos ativos, mesmo que muitas vezes em posição de subalternidade, desenvolvendo estratégias, mais ou menos coerentes, de possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. Por vezes, é verdade, parecem tão somente submergir num sistema de controles e de poderes que os aniquilam. Falar nas tensões sociais constituintes do espaço social dos assentamentos significa abordar essa realidade, destacando as resistências e acomodações que são empiricamente verificadas na construção das relações entre os distintos atores sociais presentes nos contextos sócio-econômicos e políticos estudados.

Em questão está a movimentação dos atores neste cenário, tendo sempre os trabalhadores assentados como ponto de partida dessa trama. Assim, a inserção dos assentamentos nos contextos regionais pode revelar-se mais ou menos problemática, mas sempre se dará mediante o fazer-se de uma tessitura social, cuja trama revela tensões entre as práticas e as racionalidades desses distintos atores⁶. Nessa empreitada já realizada (mas sempre demandante de atualizações e ampliações), discute-se criticamente a noção de “impactos” do processo de implantação dos assentamentos rurais⁷. Tal noção parece adequada para uma compreensão dos processos locais e regionais de

⁶ As reflexões sobre essa temática estão propostas no Projeto de Pesquisa (Auxílio Integrado CNPq) “Assentamentos rurais e desenvolvimento: tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do estado de São Paulo)”.

⁷ Cf. LEITE et. al., 2004; MEDEIROS E LEITE, 2004.

amplo espectro. No entanto, conforme afirmam alguns dos próprios pesquisadores que tomamos como referência,

*“esses processos de transformação [causados pelos assentamentos rurais], para os quais muitas vezes o termo ‘impacto’ pode ser excessivo (uma vez que ele tende a chamar a atenção para o mais visível e espetacular), muitas vezes têm **caráter molecular** [grifo nosso] e só se potencializam ao longo do tempo...”* (LEITE et. al., 2004, pp. 20-21).

Propõe-se, neste trabalho, um aprofundamento da análise, em direção justamente dessas relações sociais moleculares, que constroem a dinâmica dos contextos sócio-políticos nos quais os assentados estão inseridos. Neste sentido, discutir a tessitura de uma trama de tensões sociais, a partir da prática desses agentes, cuja racionalidade social transita numa relação complexa entre resistência e acomodação, parece ser mais adequado para a compreensão desses processos.

Mesmo que condicionadas por dinâmicas que lhes são impostas de fora, tais práticas constituem a história viva de trabalhadores que, estando numa posição estrutural de subalternidade social, organizam estratégias – individuais ou coletivas – cuja consecução, senão amplamente transformadoras das relações sociais, revelam aspectos inovadores e singularmente determinantes da realidade da qual participam como sujeitos. Assumimos a busca, proposta por José de Souza Martins, por uma sociologia rural que é a sociologia

“de um modo de ser e um modo de viver mediados por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e no processo histórico” (MARTINS, 2002, p. 220).

O modo de vida em questão é o constituído pelos assentados em sua busca por sustentabilidade num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional.

Os assentamentos em distintos contextos: nosso universo empírico

Como um estudo que se propõe a avaliar a implementação e a gestão das políticas de desenvolvimento para os assentamentos rurais, a partir da mobilização dos agentes que compõem esse campo específico, temos como suporte empírico duas regiões do Estado de São Paulo: a região central do Estado, com os assentamentos da microrregião de Araraquara; e o Pontal do Paranapanema. Nelas a ação pública para o assentamento de famílias de trabalhadores rurais tem intensidades diferentes, tornando difícil uma comparação *stricto sensu*.

As características socioeconômicas das distintas regiões em estudo revelam uma grande disparidade em termos de desenvolvimento regional. Enquanto a região Central do estado apresenta índices de dinamismo econômico notáveis, a região do Pontal do Paranapanema tem diagnosticado um “esvaziamento econômico”, em favorecimento das regiões fronteiriças de Mato Grosso do Sul e Paraná.

O caráter comparativo deste estudo visa, então, ressaltar os possíveis destinos das experiências de assentamentos, em função das tramas sociais constituídas pelos distintos conjuntos de agentes/atores políticos que animam o cenário regional em cada caso, bem como através das tensões que se expressam no campo das alternativas políticas e econômicas. Assim, pecuaristas ligados à UDR no Pontal e empresários agroindustriais ligados ao setor canavieiro na região de Araraquara são agentes que apresentam posições simétricas no campo de forças em estudo, mas que não têm necessariamente a mesma estratégia frente às tensões geradas a partir do desenvolvimento dos assentamentos.

A região de Araraquara (região central do Estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, produtos de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/ITESP (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro). Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986 em áreas da extinta FEPASA, ainda na gestão

do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado quase dez anos depois. Hoje o projeto de assentamento Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas. São 418 famílias que ali residem, segundo dados da Fundação Itesp (existe um outro P.A., o de Bueno de Andrade, em área próxima, cuja origem é praticamente idêntica ao do núcleo VI da Monte Alegre). Além desses núcleos do ITESP, existe um Projeto de assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro, com 176 lotes agrícolas (estimadamente) e o mesmo número de famílias. Este assentamento se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989.

Em que pesem as conjunturas e as configurações políticas dos órgãos públicos responsáveis pelos assentamentos, a própria política de assentamentos obedeceu estratégias governamentais distintas. Enquanto em Araraquara essa ação reformista teve início como uma resposta às mobilizações dos assalariados rurais após as greves de Guariba, nos anos 1984-5 (BARONE, 1996) e objetivou, no mais das vezes, áreas públicas do patrimônio da extinta empresa ferroviária estatal (FEPASA), no Pontal, região marcada pela ocupação fundiária irregular, o Estado realizou ações pontuais voltadas para o assentamento de posseiros (e reassentamento de ribeirinhos), até o período mais recente, compreendido pela década de 1990, quando a pressão dos movimentos de trabalhadores rurais (principalmente o MST) teve como contrapartida, notadamente no governo Mario Covas (1995-2000), a instalação de dezenas de projetos de assentamentos, em áreas consideradas devolutas.

O Pontal do Paranapanema e sua série de irregularidades em relação aos títulos de propriedade das terras, somada à grande ociosidade na utilização das áreas desmatadas, têm assistido, desde há muito, conflitos e lutas pela posse da terra. À supracitada insegurança fundiária e à ação que os governos do período da transição democrática desenvolveram, através de uma tímida política de assentamento, os diferentes agentes sociais dessa região responderam com importantes mobilizações.

Ainda durante o período do Congresso Constituinte (1987-1998), surge, na região, a União Democrática Ruralista, reunindo os pecuaristas que se

sentiam ameaçados pela perspectiva de uma regularização fundiária que lhes tirasse a posse das terras. Em 1990, já no primeiro ano do governo Collor, o MST inicia o seu mais importante processo de luta pela terra no Estado (FERNANDES, 1996). A partir de então, o conflito entre os sem-terra (tendo o MST como a sua organização mais ativa e representativa) e os fazendeiros pecuaristas (liderados pela UDR) tem pontuado a história recente da região.

Centenas de ocupações, milhares de trabalhadores mobilizados e acampados, dezenas de ações judiciais discriminatórias promovidas pelo Estado no sentido de identificar e arrecadar as terras devolutas irregularmente ocupadas: esse é o contexto sócio-político do Pontal, que se desdobra desde o início dos anos 1990. Nesse cenário, o incremento da política de assentamentos na região aconteceu, sobretudo, na primeira gestão do governador Mário Covas (1995-1998), como resultado de intensas negociações para arrecadação de áreas e o assentamento de milhares de famílias. O Pontal do Paranapanema é hoje a região com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas

Claro que a conjuntura política e as forças sociais que conseguiram, mesmo que episodicamente, fazer valer seus interesses na esfera governamental, são as mesmas que incidiram sobre a política de assentamentos nessas duas regiões. Assim é que a abertura política dos anos 1980, com o fervilhar das demandas sociais e políticas reprimidas, estão diretamente relacionadas com a instalação dos primeiros núcleos de assentamentos nas terras do horto de Silvânia (P.A. Monte Alegre) e com a implantação do maior assentamento do Pontal (a Gleba XV de Novembro, entre os municípios de Rosana e Euclides da Cunha). Neste período, durante o governo André Franco Montoro (1983-1986), todo um arranjo institucional foi montado, com vistas a instrumentalizar uma ação reformista por parte do governo do estado de São Paulo (BARONE, 1996).

Da mesma forma, uma ação mais intensa por parte do governo estadual voltou a ocorrer em meados da década de 1990 (governo Mário Covas). Paralelamente a um programa de arrecadação de terras para assentamentos no Pontal – região mais conflitada do período – o ITESP buscou reorganizar sua atuação e garantir apoio para setores até então desprezados (como os remanescentes de quilombos). Na região de Araraquara, durante o governo

Covas, a totalidade das terras da Monta Alegre passou a abrigar assentamentos (hoje são seis núcleos ali instalados).

Com a saída de Covas do governo, primeiro para tratamento médico, depois com seu falecimento (2001), seu sucessor não logrou manter o ritmo de assentamentos no Pontal. Além disso, após a reeleição do vice-governador em exercício - Geraldo Alckimin - em 2002, o próprio ITESP sofreu mudanças na sua direção. A publicação, em finais de 2002, da portaria do ITESP que autoriza as “parcerias” dos assentados com agroindústrias (na prática, uma aceitação da polêmica implantação do cultivo de cana-de-açúcar para fornecimento às usinas) revela claramente uma inflexão na orientação política do órgão estadual – até então resistente às seguidas propostas de consórcio e/ou parceria que foram discutidas ao longo dos anos 1990 (FERRANTE e SANTOS, 2003).

O contexto político nacional também rebate de forma mais ou menos uniforme nas regiões em estudo. O governo Lula, iniciado em 2003, toma a iniciativa de ampliar e descentralizar os quadros do INCRA. Em São Paulo, o órgão federal, restrito a sua sede na capital, era frequentemente tido como ausente pelos assentados em projetos federais. A montagem de escritórios regionais (como em várias cidades do no Pontal e em Araraquara) buscou diminuir essa distância administrativa. Destacam-se, nesse movimento de fortalecimento do INCRA, a instalação de alguns assentamentos federais no Pontal do Paranapanema – região na qual a ação institucional do ITESP sempre foi mais marcante - numa busca por atender a demanda dos movimentos de luta pela terra e num contraponto à lentidão que pauta a ação mais recente do governo estadual, bem como a forte tomada de posição contrária ao plantio irregular de cana-de-açúcar no P.A. Bela Vista do Chibarro, em Araraquara, o que levou a uma ação de despejo de assentados em finais de 2007 (FERRANTE, BARONE e BERGAMASCO, 2008).

Além disso, a possibilidade de ampliação do quadro técnico de campo do INCRA - via convênios com entidades não governamentais - estratégia bastante utilizada no período recente, forneceu mais assistência técnica aos assentamentos, embora esta não tenha logrado vencer dificuldades já diagnosticadas nessa relação entre técnicos e assentados (BARONE, 2000). No último período (2006-2010), a mobilização institucional tem gravitado quase que

exclusivamente em torno de projetos federais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e os intermediados pelo programa dos Territórios Rurais (mais especificamente no caso do Pontal do Paranapanema).

Impasses econômicos: a difícil e contraditória integração

Em estudo conjunto FAO/Incra, publicado há anos (Guanzirolli, 1998), a integração aos sistemas produtivos regionais é apontada como um fator positivo no desenvolvimento dos assentamentos rurais. A análise mais detalhada e qualitativa desses processos de integração econômica, no entanto, revela impasses que colocam em questão a própria função da política de assentamento rural. Enormes dificuldades vividas pelas famílias assentadas em produzir nas terras dos assentamentos têm levado a uma persistente estratégia de arrendamento dos lotes. É a figura do “rentista”, da qual fala Martins (2003), que retorna da forma menos esperada e mais surpreendente no contexto agrário recente: no interior dos projetos de reforma agrária. Os impactos dos assentamentos rurais em seu entorno rural e urbano variam de acordo com a sua integração à economia e à sociedade de cada região. Essa integração, no entanto, varia de acordo com as políticas sociais e os modelos tecnológicos adotados na produção agropecuária, além de fatores políticos e demográficos.

A trajetória produtiva dos assentamentos na região de Araraquara oscila entre a produção de grãos nos anos iniciais, uma busca por diversificação agrícola - que vai da fruticultura a algumas experiências isoladas de produção orgânica – chegando a uma mal resolvida (política e juridicamente) integração ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro.

No assentamento Monte Alegre, nos primeiros anos agrícolas enfrentados pelas famílias ali assentadas (1985-1986), o ITESP, com a anuência da liderança sindical que encabeçou a luta desses trabalhadores, impôs a produção coletiva de grãos (arroz, amendoim e milho). Essa estratégia, racional do ponto de vista técnico, redundou em desavenças entre os trabalhadores – e destes com os técnicos – o que prejudicou o planejamento econômico e as alternativas produtivas que privilegiassem as expectativas dos assentados. Além disso, um cronograma de investimento truncado levou a uma queda brusca da produtividade e, conseqüentemente, à inadimplência dos

assentados. Em poucos anos, essa situação cria uma expectativa nos trabalhadores em relação a uma proposta de plantio de cana-de-açúcar no assentamento, em parceria com uma usina do município de Motuca (Steter, 2000). Desde 1993, a implantação da cultura canavieira tem dividido o assentamento, mesmo depois de uma regularização feita pelo ITESP, em 2002 - na prática, uma vitória dos patrocinadores da cana na Monte Alegre.

Contrariamente ao ocorrido na Monte Alegre, onde a entrada da cana por meio de um consórcio é expressão nítida da vontade política do prefeito e agentes do poder local de se apropriarem deste espaço social do assentamento, no assentamento Bela Vista a “questão da cana” aparece em 1997, nutrindo-se do alto grau de inadimplência dos assentados – provocado pela mesma crise da cultura de grãos observada no PA Monte Alegre – e patrocinada por um grupo organizado de assentados.

Nessa ocasião, a idéia de se plantar cana “para a usina” ganhou imediata adesão de um grande número de agricultores e, numa articulação entre uma usina de Araraquara e a “Associação Independente”, o cultivo da cana-de-açúcar se implanta em parte do território do PA Bela vista (1997/98). Apesar do INCRA ter se mantido na posição contrária, refutando especialmente as formas de subordinação impostas pela agroindústria à pequena produção, nenhuma ação enérgica ou consistente é levada adiante para mudar esta trajetória, além dos lamentos – ouvidos aqui e acolá – que parecem recriar estigmas da incapacidade dos assentados de terem outro destino (ROSIM, 2002).

Os assentados, de um e de outro espaço – ressalvadas diferenças – começam a progressivamente a aderir à cana, justificando sua “opção” pela situação de inadimplência e endividamento junto aos bancos, pelas dificuldades de comercialização, pelas expressões de má vontade política dos prefeitos de criarem condições mínimas para outras formas de produção e cultivo da terra e pela expectativa de terem um rendimento fixo, proveniente da cana. Às manifestações de aceitação se sobrepõem expressões de recusa, num movimento que acaba por acirrar disputas internas e publicizar divergências entre órgãos técnicos. Em 2007, o INCRA despejou judicialmente algumas lideranças pró-cana. No sentido contrário, o ITESP aprova e regulamenta a “parceria” com as usinas.

Nessa região, contrapõe-se claramente duas propostas para o desenvolvimento econômico dos assentamentos. De um lado, a integração ao chamado complexo agroindustrial sucroalcooleiro – irregular e cheia de conflitos no assentamento Bela Vista- e regulamentada, embora não menos problemática, nos assentamentos sob responsabilidade do ITESP; de outro lado, a perspectiva de diversificação da produção através do apoio de políticas municipais, em parceria com programas federais (como o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e, mais recentemente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE⁸). Na atual conjuntura, a cana ainda se sobressai na paisagem dos assentamentos, mas com ilhas de policultura que têm recebido alguma atenção dos órgãos públicos.

No Pontal, os impasses ligados ao desenvolvimento produtivo dos assentamentos não são menores. Região com forte presença do capital pecuário de corte, a chamada “terra do Nelore mocho” convive com uma situação de indefinição em sua estrutura fundiária⁹, além de uma dificuldade de décadas em superar a estagnação econômica. A presença do MST e de outros movimentos de trabalhadores rurais, pressionando pela cessão de terras para assentamentos, só torna mais instável essa situação, reforçando o quadro de baixo desenvolvimento econômico. Durante a década de 1990, no auge da crise da agropecuária em função da chamada “âncora verde” do Plano Real, a falência de vários frigoríficos na região facilitou, inclusive, as negociações entre o governo do Estado e os fazendeiros, possibilitando o assentamento de milhares de famílias.

O diagnosticado “*vazio econômico*”, vivido pela região, começa a ser superado nos anos 2000, devido à recuperação do setor de abastecimento de carne. Após uma tentativa de implantação da cultura da soja em larga escala na

⁸ Enquanto ações ligadas ao PAA tiveram como principal administração municipal parceira a Prefeitura de Araraquara (no período de implantação desses programas federais, a partir de 2005), o apoio aos produtores assentados via PNAE tem sido mais evidente na Prefeitura de São Carlos. A mudança no governo municipal de Araraquara (a partir de 2009) e a instalação de assentamentos no município de São Carlos são fatores concorrentes para a alternância dessas ações.

⁹ Novas ações discriminatórias estão paralisadas na Justiça, o que levou os últimos governos estaduais a buscar aprovar alguma legislação de regularização fundiária (propostas de 2004 e 2008). No entanto, a baixíssima adesão dos fazendeiros e a falta de apoio dos movimentos sociais (notadamente, do MST), praticamente inviabilizaram esses projetos.

região, esta se torna espaço privilegiado da expansão da cana-de-açúcar (Thomaz Jr., 2007) – que invade, inclusive, os espaços dos assentamentos. No presente, a concepção dos assentamentos como alavanca ao desenvolvimento regional permanece como um ideário construído pelo MST, sem retorno concreto nas agendas dos poderes envolvidos.

Dados o patamar de desenvolvimento regional e a amplitude política e demográfica que os Projetos de Assentamentos foram ganhando no Pontal, o MST - principal mobilizador dos trabalhadores sem-terra na região – funda, em 1994, a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal (Cocamp). Trata-se do projeto mais ambicioso de cooperativismo junto aos assentamentos do Estado. Poucos anos após sua fundação, a Cocamp contava com praticamente dois mil associados. Seus objetivos eram estimular a diversificação produtivas nos PAs e “fechar” a cadeia produtiva, por meio da industrialização da produção dos assentamentos (Ribas e Thomaz Jr., 2000). Para tanto, além da aquisição de 50 tratores e centenas de implementos, a Cocamp iniciou a instalação de uma grande planta industrial na cidade de Teodoro Sampaio, projetando silos para armazenamento de grãos, uma despoldadeira de frutas (com vistas à comercialização de polpas de frutas congeladas), laticínio e fecularia. No entanto, a não consecução de seu projeto industrial, aliado a um frustrante estímulo à fruticultura junto aos seus associados (com promessa de compra da produção para a despoldadeira), determinou o esvaziamento da Cocamp. Além disso, a situação financeira dos assentados ficou, em muitos casos, pior.

A importância desse projeto, não só para os assentamentos, mas para toda a região, foi prejudicada pelos inúmeros problemas de gestão da cooperativa. Dependente de recursos oficiais, a Cocamp sofreu com a extinção do PROCERA¹⁰, principal fonte de seu financiamento. A partir dos anos 2000, a Cocamp passou, também, a ser investigada pelo Ministério Público por denúncias de desvio de recursos. Atualmente, o processo encontra-se parado e parece improvável que o apoio político (e material) dado aos muitos acampamentos e ocupações do MST na região não tenha levado, de alguma

¹⁰ Programa Especial de Crédito da Reforma Agrária, principal programa de financiamento de investimentos nos assentamentos, extinto em 1999.

forma, a um comprometimento da parte produtiva da cooperativa. Sem dúvida, essa situação cria um impasse que se prolonga até os dias de hoje. A cooperativa não concluiu nenhuma das obras de instalação industrial, imobilizando um alto capital sem qualquer perspectiva de retorno.

A retomada das atividades da cooperativa continua incerta, mesmo após tentativas envidadas pelo INCRA/SP no primeiro governo Lula (2003-2006). O apoio do governo federal, através do INCRA, passou inclusive a ser questionado pela coordenação estadual do MST no final do segundo governo Lula (2007-2010). Para o órgão federal, a cooperativa encontrou dificuldades em receber verbas oficiais devido aos processos judiciais que envolvem a sua gestão. Para lideranças do MST, o INCRA abandonou a luta política por esse projeto, em favor de ações mais pulverizadas e de maior visibilidade.

Sem o decisivo apoio de uma entidade como a Cocamp, estes trabalhadores rurais, beneficiários dos Projetos de Assentamentos, acabam por construir sua inserção econômica no entorno de forma deficitária, sobretudo a partir da exploração da pecuária leiteira. Mais recentemente, através de programas ligados à Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDA), os assentamentos do Pontal passam a contar com a instalação de inúmeros tanques resfriadores de leite, o que tem proporcionado uma maior autonomia aos produtores (FERRANTE e BARONE, 2004).

Mesmo com essa melhora, o arrendamento dos lotes para a pecuária e para a produção de semente de capim ainda existe nos assentamentos. Também a produção de cana para fornecimento às usinas de açúcar e álcool aconteceu na região. No entanto, diferentemente da maneira como se viabilizou a implantação dos canaviais na região de Araraquara, no Pontal essa iniciativa foi financiada pelo PRONAF, mediante um protocolo especial do Banco do Brasil (BARONE, FERRANTE e BERGAMASCO, 2008). Tal financiamento, porém, passou também a ser investigado pelo Ministério Público, por suspeita de desvio de finalidade do PRONAF. Informações recentes recolhidas junto ao ITESP e a lideranças assentadas apontam para o término da experiência de parceria com as agroindústrias sucroalcooleiras no início da década de 2010.

O panorama atual de impasses econômicos no Pontal revela uma realidade de pulverização de experiências produtivas de pequena escala em

confronto com grandes projetos que não logram resistir a um lapso de poucos anos. Como exemplos de iniciativas pulverizadas que garantem a renda dos assentados destacam-se a produção leiteira - cadeia produtiva apoiada pelo governo federal através do Programa Territórios Rurais do MDA - e a ampliação, sempre bem avaliada pelos assentados, do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, também iniciativa do governo federal (através de uma ação conjunta entre os Ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário). No campo dos grandes projetos fracassados, além da já citada agroindustrialização via Cocamp, a perspectiva de uma maior penetração da cultura da cana, assim como a implantação de oleaginosas para o biodiesel. Este último projeto, defendido pela dissidência do MST liderada por José Rainha Jr, chegou até a organizar uma outra cooperativa (Cooperativa de Produção para o Biodiesel do Oeste Paulista – Cooperbioeste), que também não vingou nesses anos recentes.

Impasses e dilemas da organização política: fracassos recorrentes e pulverização política

O estudo das relações políticas nos assentamentos demonstra o esforço inovador dos trabalhadores assentados. Um histórico de conflitos internos – geralmente avaliados como indicador de incompatibilidade com as exigências da gestão autônoma desses territórios – revela, numa observação mais acurada, justamente o contrário: os passos decisivos dessa população no sentido de conquistar sua emancipação política, através de um jogo específico no campo do poder (Bourdieu, 1992), mesmo que no território restrito de um Projeto de Assentamento. Se existem tensões e conflitos entre as lideranças assentadas e o campo político mais abrangente - no processo de sua integração ao contexto regional – os mesmos se apresentaram, desde o início, mediados pela concorrência entre os agentes dos próprios assentamentos - o que tem resultado numa dinâmica política singularíssima, complementar ao complexo jogo de relações sociais constituintes do mesmo (BARONE, 2002).

No contexto regional de Araraquara, o assentamento Bela Vista é particularmente interessante. Para esses trabalhadores, a dramática reconstrução de suas vidas num novo território terá no campo da organização

política uma esfera rica em tensões e conflitos. O espaço social do assentamento será pontuado por esses conflitos que - ao longo dos anos - marcarão decisivamente suas relações políticas internas.

A dinâmica das assembleias indica fragilidade no tocante a um certo processo de deliberação, muitas vezes dependente de agentes externos ao assentamento (presidente do sindicato, técnicos do ITESP, agentes da CPT). Porém, a constituição do campo político no assentamento terá, nos mecanismos de instituição dos coordenadores internos - bem como no encaminhamento de suas gestões - um indicador muito preciso de seu desenvolvimento. Um certo tipo de desautorização, bastante comum no encaminhamento de decisões coletivas no assentamento, será - por sua vez - instrumento de crítica a uma ou outra liderança. Além de incentivarem um certo padrão de comportamento individualista, tais desobediências também enfraquecerão o conjunto dos trabalhadores em suas deliberações e prejudicarão as lideranças envolvidas nessas pendengas, podendo ser importante fator na sucessão das coordenações internas.

A administração da COAPRA (Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores Rurais de Araraquara) - que terá sob sua responsabilidade um parque de máquinas grande e uma extensa área para prestar serviços na Bela Vista - acaba por exigir bastante dos líderes mais capacitados do grupo identificado com o Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados (principal mediador político dos assentados na região de Araraquara), absorvendo-os nas divergências que eclodiram já ao final do seu primeiro ano de atividades (safra agrícola de 1991/92). Enquanto isso, com uma parcela menor de serviços e recebendo intensivo acompanhamento de um agrônomo da CPT, o único trator de um grupo dissidente no PA Bela Vista do Chibarro (Associação Canaã de Chico Mendes) consegue bons resultados nos trabalhos - o que potencializou sua capacidade no campo político interno do PA.

Novos eixos de tensão política, no entanto, irão determinar conflitos mais sérios, ao mesmo tempo que as agências de mediação - CPT de uma parte e Sindicato de outra - se esforçarão para manter sua disputa política ativa, mas sem explícitas manifestações de hostilidade. O endurecimento do conflito

interno terá a implantação da cultura da cana-de-açúcar naquela área como foco principal.

A trajetória dos trabalhadores que formaram a “Associação Independente”, na Bela Vista explica, em muito, essa posição fortemente contrária aos agentes do Estado e “pró-cana”. Parte deles era do grupo de Promissão, cuja chegada foi bastante hostilizada pelos agentes do ITESP local - sobretudo devido ao alinhamento político entre este órgão e o Sindicato. Outros trabalhadores da Associação Independente foram inicialmente integrantes da COAPRA, cuja dificuldade em levar a cabo os serviços de preparo do solo no ano agrícola 1991/92 acabou por prejudicá-los. O descontentamento desses produtores provinha do *imbróglio* financeiro no qual foram lançados, ao tomarem empréstimo dos bancos sem poderem concluir as necessárias tarefas para a produção.

Na região conhecida como a “Califórnia Brasileira”, nos municípios de Matão e Araraquara, mais autônomos em relação ao complexo canavieiro, cada poder municipal desenvolve políticas diversas com relação aos assentamentos da região. Em sua história recente, enquanto lideranças políticas de Matão sempre cultivaram uma base eleitoral sólida nos núcleos da Monte Alegre, o poder público municipal de Araraquara nunca se dedicou a qualquer projeto mais conseqüente nos assentamentos, mesmo sendo o município com o maior número de famílias assentadas.

Após seguidas administrações que pouco ou nada intervieram no debate acerca dos rumos da reforma agrária regional, a posição política do município de Araraquara acenou para mudanças entre 2001 e 2008 (durante dois governos liderados pelo PT). De uma política de clientela bastante ineficaz desenvolvida ao longo de anos - exclusivamente voltada para o projeto Bela Vista do Chibarro - e tendo como promotores, no mais das vezes, lideranças de pouca expressão, como secretários municipais e vereadores (Ferrante e Barone, 1997/98) - o poder público municipal de Araraquara encontrou-se diante do desafio de interferir nos assentamentos para além das obrigações legais já consagradas.

A referência enfática à maior participação – presente nas metas fixadas pela Prefeitura de Araraquara a partir de 2001 – modifica a concepção do assentado como um desenraizado (Neves, 1997) que deveria ser modelado

segundo uma determinada lógica da burocracia estatal? Questões que nos remetem ao exame de como os assentados se movimentam diante das novas metas do poder local para os assentamentos. Impasses, divergências, retórica vazia: estes são os atributos de um balanço possível da ação pública municipal frente aos assentamentos. Da parte da população assentada, a recorrência de práticas clientelistas marca os limites dessa possível nova cultura política. A isso, no entanto, soma-se um *boom* participativo desses trabalhadores – até com maior consistência que outros segmentos populares do município de Araraquara, observado no período 2001-2008. No entanto, a partir de 2009, as instâncias participativas foram paulatinamente esvaziadas em Araraquara (inclusive com a nomeação de um apologista da cana nos assentamentos para um cargo chave na Secretaria de Desenvolvimento Econômico). Os destinos dos assentamentos ainda oscilam entre a fórmula da dádiva e a emancipação política dos atores que dinamizam esse espaço social.

No Pontal do Paranapanema, a partir dos anos 1990, o papel de agência de mediação e mobilização política pró-assentamentos coube ao MST, a maior organização de luta pela Reforma Agrária no país. O MST tem, ao longo desses 20 anos de ação no Pontal, investido em acampamentos e ocupações massivas como estratégia, não só para a conquista de terras como também para a conscientização política dos trabalhadores (Fernandes, 1996). A radicalidade política do MST passa por um discurso claramente socialista e de confronto à lógica capitalista de seus dirigentes (Moura, 2005). O estudo de sua estratégia no Pontal, no entanto, revela uma mistura de ações de confronto com os setores ruralistas e uma inusitada adesão tática a agentes políticos locais.

Mais recentemente, o núcleo dirigente do MST regional, conflitando com a orientação nacional do Movimento, acabou por se desligar da organização – num processo pouco esclarecido por ambas as partes. A dissidência criada por José Rainha Júnior, também denominada MST, tem uma postura mais adesista ao governo federal, além de buscar viabilizar um projeto de biodiesel na região.

O MST transformou-se numa organização bastante disseminada no território nacional (Navarro, 2003), deixando para trás – como é o caso do Pontal – a necessária atuação no interior dos PAs. Muitos militantes apenas passam pelos assentamentos, tentando mobilizar os trabalhadores, que já não

contam com essas lideranças para muitas de suas lutas. Além de mobilizações como ocupações de agências bancárias para a liberação de recursos anunciados pelo governo federal, somente na gestão do presidente Lula, o MST esboça algum projeto mais consistente para os assentados – tanto com relação ao projeto do biodiesel, quanto ocupando funções em organizações técnicas contratadas pelo INCRA, numa forma de ocupar espaços no atual governo.

A falta de um projeto de desenvolvimento dos assentamentos, tanto dos órgãos oficiais, quanto das lideranças e suas organizações, enfraquece mais ainda o potencial dessas experiências. No caso do Pontal, o já discutido projeto frustrado da Cocamp prejudicou em muito a legitimidade do MST junto à população assentada que, em boa parte, o Movimento liderou até o assentamento. O fracasso em andamento do projeto do biodiesel (ainda há alguns cultivos experimentais, mas sem qualquer perspectiva econômica) só reforça essa perda de legitimidade, lançando os assentamentos num vazio de representação política mais coesa.

Porém, a constituição do campo político nos assentamentos vem tendo, nos mecanismos de instituição de coordenações internas - bem como no encaminhamento de suas gestões - um indicador muito preciso de seu desenvolvimento e bloqueios. Os distintos grupos que formam um assentamento, às vezes oriundos de diferentes lutas e regiões, muitas vezes não se mesclam politicamente. Apesar disso, conforme temos avaliado, o associativismo – mesmo que muitas vezes induzido pelo poder público – tem sido uma ferramenta legítima de empoderamento dos assentados (Ferrante e Barone, 2004).

Conclusão: uma pobreza digna?

Buscamos sintetizar um balanço de questões que demonstram a complexidade dessas experiências de assentamentos rurais. Conforme discutido, conjunturas políticas e econômicas influem de maneira mais ou menos decisiva na condução da política de assentamentos. Possíveis mudanças no governo federal incidirão certamente no futuro dos assentamentos. A

manutenção de um ritmo de crescimento da economia nos próximos anos também será decisivo. Mas quais tendências podem ser apontadas a partir do que temos estudado?

A privação de recursos básicos, associada à pobreza econômica, tenderá a ser superada. A construção de um pólo indutor de demanda através de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), certamente favorecerá o incremento da produção holerícola nos assentamentos. A inclusão do leite in natura (pasteurizado) nesses programas é promissora, mas depende de uma maior capacidade organizativa dos assentados, além de sofrer concorrência dos laticínios (sobretudo no Pontal do Paranapanema).

Estamos diante da necessidade de discutir o significado da pobreza. Embora a pobreza absoluta ainda se mantenha – o que exige a manutenção dos esforços para superá-la – uma “pobreza digna” passa a ser significativa no conjunto da população (sobretudo a rural). Embora ainda distante de uma maior autonomia (Kliksberg, 2000), esses “dignos assentados pobres” passam a se afirmar como importante segmento para o abastecimento alimentar institucional (via CONAB, por exemplo), assim como para o fornecimento de importantes matérias-primas (como o leite).

Do ponto de vista político, uma suposta tendência de isolamento que se observaria junto aos assentados, também precisa ser revista. Em que medida esses sujeitos, tidos como individualistas, apenas não se enquadram nos modelos teóricos que intelectuais, gestores e mediadores formulam? É preocupante que todas as experiências organizativas de maior envergadura fracassaram. No entanto, a subordinação dessas propostas organizativas a uma estratégia política que não é exatamente dos assentados, mas das organizações políticas que mediam a luta pela terra (MST, Feraesp), indica menos uma impossibilidade de organização que um viés partidarizado (a partir de grupos políticos e não partidos institucionais) e até conjuntural dessas ações (como a cooperativa de biodiesel do Pontal). No nível mais molecular, o associativismo, conforme observado nos assentamentos, carrega dilemas que superam o estigma de individualismo, embora não resolva definitivamente todos os problemas coletivos dos assentamentos.

O que parece certo, no entanto, é que essa população assentada rural não pode mais ser contada como uma minoria silenciada pelas estruturas econômico-políticas, mesmo num Estado tão rico como São Paulo. Se não serão decisivos nos destinos do desenvolvimento rural, não poderão jamais ser esquecidos.

BIBLIOGRAFIA

BARONE, L. A. Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária (Tese de Doutorado), Araraquara, FCL/UNESP, 2002.

BOURDIEU, P. A Economia das Trocas Simbólicas, S.P., Perspectivas, 1992.

FERRANTE, V. L. S. B. e BARONE, L. A. “*Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida*”. Perspectivas – Revista de Ciências Sociais, vol. 20/21, São Paulo, EdUNESP, 1997/1998.

Ferrante, V. L. S. B. e Santos, M. P. “*A cana nos assentamentos: novas roupagens, velhas questões*”. Comunicação apresentada no XLI Congresso da Sober, Juiz de Fora/MG, julho/2003.

Rosim, C.H.B. Pequenos Produtores fornecedores de cana-de-açúcar na região de Araraquara (SP): uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro. Dissertação de Mestrado. Araraquara. FCL, Unesp, abril de 2002.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

STETTER , E. A. A cultura da cana em assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada? (Dissertação de Mestrado), Araraquara, UNESP,2000.

Barone, L. A. “Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto – o caso do Estado de São Paulo”. Revista Retratos de Assentamentos, ano VI, no. 8, Araraquara, UNESP, 2000.

Barone, L. A. Revolta, Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos (Dissertação de mestrado), Araraquara, UNESP, 1996.

Neves, D.P. Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas, Niterói, EdUFF, 1997.

Fernandes, B. M. MST: FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO, São Paulo, Hucitec, 1996.

Guanzirolli, C. (coord.) Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília, FAO/INCRA, 1998.

Martins, J. S. O sujeito Oculto, Petrópolis, Vozes, 2003.

Ribas, A. D.; Thomaz Jr., A. “O cooperativismo no raio de atuação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST): uma contribuição para a geografia do trabalho”. Revista Geografia em atos, V. 1, no. 2, Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2000.

Martins, J. S. A sociedade vista do abismo. Petrópolis, Vozes, 2002.

Moura, J. A. A luta pela terra sob o olhar dos que lutam pela terra: movimentos e representações sociais no Pontal do Paranapanema (Monografia de Bacharelado em Geografia). Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2005).

Navarro, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos se-terra no Brasil. In Santos, B. S. (org.) PRODUZIR PARA VIVER: OS CAMINHOS DA PRODUÇÃO NÃO CAPITALISTA. RJ, Civilização Brasileira, 2002.

Kliksberg, B. Ética Y Desarrollo Social (texto apresentado no seminário “Diseño y gerencia de políticas y programas sociales”). INDES – BID, junho, 2000.

FERRANTE, V. L. S. B., BARONE, L. A e BERGAMASCO, S. M. P. P. **Os “parceiros” da cana (dilemas do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo)** – texto apresentado no 32º. Encontro Anual da ANPOCS (GT: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E PROJETOS POLÍTICOS EM CONCORRÊNCIA: REFLEXÕES A PARTIR DO "RURAL"). Caxambu/MG, 27 a 31 de outubro de 2008.

THOMAZ Jr., A. “Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas/Improdutivas e Neutralização dos Movimentos Sociais”. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; OLIVEIRA, J.T.; JUNQUEIRA, K. *Anais da III Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais*. Campinas, Feagri/Unicamp, Jun./2007 (CR-ROM).

MEDEIROS, L.S. de e LEITE, S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais**. Mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

LEITE, S. P. et. al. Impactos dos Assentamentos Rurais. Brasília, NEAD/Unesp, 2004.

FERRANTE, V. L. S. B. e BARONE, L. A. “A difícil sementeira: o trabalho na terra e a ressocialização das famílias assentadas em projetos de reforma agrária.” In: Scopinho, R.A. et al. (orgs.) Velhos trabalhos, novos dias: modos atuais de inserção de antigas atividades laborais, Fortaleza, EdUC, 2004.